



## PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

### DETALHAMENTO DE AÇÃO DE EXTENSÃO

Caro coordenador, este documento tem o objetivo de permitir a complementação das informações alimentadas no sistema Siaex para fins de registro e avaliação da ação.

Deve ser anexado ao Siaex no formato pdf, com assinatura do coordenador da ação, tamanho máximo 1 Mega.

Alguns itens são identificados como opcionais ou de preenchimento exclusivo para alguns tipos de ação. Os demais, são de preenchimento obrigatório.

TÍTULO DA AÇÃO: Agroecologia nas redes

LOCAL DE REALIZAÇÃO: Niterói e nas redes sociais

NOME DO COORDENADOR: Luiza Carneiro Mareti Valente

VIGÊNCIA DA AÇÃO: 01/04/2025 a 31/12/2027

### INTRODUÇÃO

No Brasil, a produção de alimentos agroecológicos e orgânicos tem sido estimulada desde o início dos anos 2000, por meio de normatizações e de políticas públicas específicas. Isso fez com que as vendas de produtos orgânicos quadruplicassem entre 2003 e 2017 e crescessem 15% em 2019, 30% em 2020 e 12% em 2021, movimentando cerca de R\$ 6,5 bilhões. Esse aumento do consumo permitiu um crescimento médio anual de 19% no número de unidades de produção orgânica, entre 2010 e 2018, e um incremento médio anual de quase 17% do número de produtores orgânicos registrados no Mapa entre 2012 e 2018 (IPEA,2020).

Apesar desses números, as feiras orgânicas vinculadas à ABIO tem sentido uma queda considerável nas vendas desses produtos. Parte disso é atribuída às novas formas de comercialização em cestas entregues em casa e dos produtos orgânicos vendidos nos supermercados, quase sempre trazido de fora do estado. Entretanto, as feiras orgânicas são importante ponto de trocas entre produtores e consumidores pois permitem a criação de laços de confiança e que os produtores tenham acesso e tentem atender às demandas dos consumidores.

Entretanto, muitos consumidores não têm noção dessa importância. Por isso, acreditamos que uma comunicação mais clara, tanto de pesquisas relacionados a agroecologia e produção orgânica como do avanço das políticas públicas e, mais localmente, das ações desenvolvidas pelo SOCIOVET podem esclarecer consumidores e destacar a importância da compra desses produtos para os pequenos produtores orgânicos e para o desenvolvimento rural sustentável.

Finalmente, a Universidade Federal Fluminense está construindo sua política institucional de divulgação pública da ciência, como uma das demandas apontadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (2023-2027). Nesse sentido, essa ação visa contribuir para a divulgação científica da UFF e fomentar as discussões no GT de Comunicação Pública da Ciência de forma a melhorar e estimular o papel social da Universidade Pública no Brasil.

## JUSTIFICATIVA

O Laboratório Sociedade e Medicina Veterinária já vem trabalhando no tema da Agroecologia e Produção Orgânica desde de 2018, tendo intensificado suas ações nessa área depois da pandemia. Parte dessas atividades envolvem pesquisa com agricultores ou consumidores, ensino em duas disciplinas optativas (Agroecologia e Produção Orgânica de Alimentos e Planejamento em Permacultura) e no grupo de estudos em Agroecologia e Produção Orgânica de Alimentos e extensão, seja por meio de cursos, aulas abertas, eventos ou participação nas feiras orgânicas do Campo de São Bento. Entretanto, essas atividades são pouco divulgadas nas redes sociais, o que faz com que o trabalho seja, ainda, pouco conhecido tanto na Universidade quanto fora dela.

Outro ponto relevante é que o movimento social da Agroecologia e da Produção Orgânica são bastante atuantes no estado do Rio, tendo eleito alguns representantes políticos que apoiam a causa (podemos citar os Deputados Estaduais Flavio Serafini, Glauber Braga e Marina do MST) que vem contribuindo significativamente, seja com emendas parlamentares ou com leis que destinam parte dos recursos públicos ao apoio aos produtores. Mas, como temos visto, o trabalho deles não tem continuidade se os movimentos sociais não persistirem cobrando a execução de tais leis, como é o caso do percentual do FECAM que deveria ter sido atribuído aos produtores, aprovado em 2022, mas que, até hoje não saiu do papel.

Além disso, junto com as políticas públicas vem o apoio às pesquisas na área quem aos poucos, tem crescido no âmbito nacional. Entretanto, raramente tais pesquisas tem a divulgação que merecem, dadas suas contribuições ao desenvolvimento rural sustentável brasileiro. Assim como no caso do PRONARA, a mídia hegemônica divulga e incentiva resultados do agronegócio sem mostrar o quanto os sistemas de produção convencionais são impactantes sócio e ecologicamente.

Ainda, Caldas e Zanvettor (2014) afirmam que embora os indicadores nacionais e internacionais apontem crescimento da produção científica brasileira, o aproveitamento dessa produção para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico do país ainda é considerado baixo. Além disso, há um descompasso entre a produção científica e sua divulgação para a sociedade.

Com tudo isso em vista, esse projeto intenciona permitir que um grupo de alunos colabore nas atividades do SOCIOVET principalmente produzindo materiais digitais para as redes sociais do laboratório visando a divulgação de notícias, políticas, reivindicações do movimento orgânico e agroecológico e pesquisas, além de ampliar a divulgação das atividades do SOCIOVET. Também serão produzidos, de acordo com as demandas identificadas, materiais gráfico para serem usados nas feiras e atividades presenciais que o SOCIOVET participa.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O termo agroecologia surgiu em 1928 se referindo à aplicação dos princípios ecológicos na agricultura e até o final da década de 1960 foi usado nesses termos quase exclusivamente na Alemanha e nos Estados Unidos. Nas décadas de 1970 e 1980, o termo começou a ser usado como um arcabouço conceitual e metodológico para estudo dos agroecossistemas. Esse é um conceito-chave da agroecologia e foi primeiramente usado por Odum em 1969 se referindo aos ecossistemas “domesticados”. Também na década de 1980, o termo agroecologia passou a ser usado em pesquisas de Sistemas Agrícolas Tradicionais (SAT) em países periféricos tropicais e subtropicais. Nos SAT, passaram a identificar exemplos de manejos ecológicos para a produção agrícola.

Wezel e Soldat (2009) identificam a década de 1990 como o momento de institucionalização e consolidação na agroecologia. Foi nessa década que ocorreu um aumento exponencial na publicação de livros e artigos sobre o tema e que começam a ser publicados trabalhos sobre o assunto no Brasil, na China e na Índia, além dos países que já trabalhavam o assunto como Alemanha, França, Reino Unido e Holanda. A partir dos anos 2000, começou-se a entender que a agroecologia poderia ir além do agroecossistemas em direção aos sistemas alimentares. Ainda, novas dimensões, além da agrícola e da ecológica passaram a integrar o campo da agroecologia tais como: economia, política, sociologia, antropologia, tornando-se um assunto transdisciplinar (WEZEL; SOLDAT, 2009). De forma bastante sintética, pode-se referir à agroecologia como ciência, prática e movimento.

Pretendendo consolidar os princípios e elementos da Agroecologia desenvolvida por diferentes autores, Wezel et al.(2020) consolidaram 13 princípios agroecológicos:

1. Reciclagem. Preferencialmente, utilize recursos renováveis locais e feche, tanto quanto possível, os ciclos de nutrientes e biomassa.
2. Redução de insumos. Reduza ou elimine a dependência de insumos comprados e aumente a autossuficiência.

3. Saúde do solo. Garanta e melhore a saúde e o funcionamento do solo para um melhor crescimento das plantas, especialmente gerenciando a matéria orgânica e aumentando a atividade biológica do solo.
4. Saúde animal. Garanta a saúde e o bem-estar dos animais.
5. Biodiversidade. Mantenha e aumente a diversidade de espécies, diversidade funcional e recursos genéticos, e assim mantenha a biodiversidade global do agroecossistema no tempo e no espaço em escalas de campo, fazenda e paisagem.
6. Sinergia. Aumente a interação e sinergia e promova a integração e complementaridade ecológicas positivas entre os elementos dos agroecossistemas (animais, culturas, árvores, solo e água).
7. Diversificação econômica. Diversifique as rendas na fazenda garantindo que os agricultores de pequena escala tenham maior independência financeira e oportunidades de valor agregado, permitindo-lhes responder à demanda dos consumidores.
8. Co-criação de conhecimento. Melhore a co-criação e compartilhamento horizontal de conhecimento, incluindo inovação local e científica, especialmente por meio da troca de informações entre agricultores.
9. Valores sociais e dietas. Construa sistemas alimentares com base na cultura, identidade, tradição, equidade social e de gênero das comunidades locais, que forneçam dietas saudáveis, diversificadas, sazonalmente e culturalmente apropriadas.
10. Justiça. Apoie meios de vida dignos e robustos para todos os envolvidos nos sistemas alimentares, especialmente os produtores de alimentos em pequena escala, com base no comércio justo, emprego justo e tratamento justo dos direitos de propriedade intelectual.
11. Conectividade. Garanta proximidade e confiança entre produtores e consumidores através da promoção de redes de distribuição justas e curtas e pela reinserção dos sistemas alimentares nas economias locais.
12. Governança de terras e recursos naturais. Reforce os arranjos institucionais para melhorar, incluindo o reconhecimento e apoio de agricultores familiares, pequenos agricultores e produtores de alimentos camponeses como gestores sustentáveis de recursos naturais e genéticos.
13. Participação. Incentive a organização social e maior participação na tomada de decisões por parte dos produtores e consumidores de alimentos para apoiar a governança descentralizada e o gerenciamento adaptativo local de sistemas agrícolas e alimentares.

Já a produção orgânica é um arcabouço de regulamentos e legislações que visam regular e certificar os sistemas orgânicos de Produção Agropecuária, definido na Lei no 10.831, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003, vigente até hoje (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020) em seu art. 1o como:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2003)

No §2o do mesmo artigo define-se “O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei.” Esse item estabelece que o termo que passa a contemplar também a produção agroecológica, desde que certificados por organismos reconhecidos pelo MAPA. Dessa forma, apesar de serem conceitos bastante distintos, no

Brasil a Agroecologia e a Produção Orgânica andam bastante próximas, principalmente quando se trata dos 76% dos estabelecimentos orgânicos geridos pela agricultura familiar em sua grande maioria em propriedades de até 50 hectares (Redação, 2024).

O trabalho coletivo em rede desempenha um papel crucial na formulação e implementação de políticas públicas voltadas tanto à agroecologia quanto à agricultura orgânica, dado seu caráter participativo e articulado entre diversos atores sociais, como movimentos sociais, organizações da sociedade civil, academia e governos. A elaboração do último Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (III PLANAPO) lançado em outubro de 2024 exemplifica a relevância dessa abordagem, destacando os desafios enfrentados para sua aprovação, especialmente no que se refere à articulação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA). A resistência de setores econômicos e políticos ligados à agricultura convencional e ao uso intensivo de agrotóxicos evidenciou a importância da mobilização e do engajamento de redes de apoio para garantir avanços em políticas que promovam práticas agrícolas sustentáveis, a segurança alimentar e o cuidado com o meio ambiente. Dessa forma, a integração e o fortalecimento das redes de trabalho coletivo são indispensáveis para superar barreiras institucionais e políticas, assegurando a consolidação da agroecologia como eixo estruturante do desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

Finalmente, para a divulgação das ações da agroecologia no Brasil e a efetiva implementação de suas políticas públicas, a comunicação pública da ciência produzida e deve haver uma comunicação clara e direta, em linguagem acessível e visualmente atraentes. Nesse sentido, segundo Bueno (2010) “a divulgação científica é essencial para atingir público leigo, que não está acostumado ao linguajar científico. Em função disso, a difusão de informações científicas e tecnológicas para este público obrigatoriamente requer decodificação ou recodificação do discurso especializado, com a utilização de recursos (metáforas, ilustrações ou infográficos, etc.) que podem penalizar a precisão das informações. Há, portanto, na divulgação científica, embate permanente entre a necessidade de manter a integridade dos termos técnicos e conceitos para evitar leituras equivocadas ou incompletas e a imperiosa exigência de se estabelecer efetivamente a comunicação, o que só ocorre com o respeito ao background sociocultural ou linguístico da audiência.”

Ainda, nos anos recentes se aproveitando da ampliação do público e do acesso às mídias sociais, muita desinformação tem sido divulgada. Ao realizar revisão sistemática sobre o assunto, Oliveira et al. 2024 afirmam que a desinformação relacionada a temas científicos, especialmente em tópicos controversos sobre o meio ambiente e saúde, é considerada uma grande preocupação global. Dessa forma, atuações em divulgação científica na interface dessas áreas, como é o caso da agroecologia, se tornam cada vez mais pertinentes.

#### ATIVIDADES PROPOSTAS e METAS

Atividades Propostas	Metas
Acompanhar as publicações científicas, legislação e notícias na mídia sobre agroecologia e suas políticas	Acompanhar 100% das publicações científicas, legislações e notícias sobre o tema.
Produzir de Material digital para divulgação de resultados de artigos científicos em Agroecologia e Produção Orgânica de Alimentos	Realizar, pelo menos, 2 postagens por mês letivo
Divulgar as principais notícias na mídia sobre agroecologia e suas políticas	Divulgar, semanalmente, as principais notícias relacionadas ao tema.
Realizar postagens de combate às fake news relacionadas ao tema	Realizar postagens sempre que fake news relacionadas ao tema de estudo sejam identificadas.
Produção de Material informativo físico	Produzir, pelo menos, um material informativo físico por semestre.

Participar das reuniões do GT e posterior Comissão Permanente de Comunicação Pública da Ciência da UFF	Participar, ao menos, 1 vez ao mês das reuniões.
--	--

#### METODOLOGIA

Para realizar o acompanhamento das publicações científicas, legislação e notícias na mídia sobre agroecologia e suas políticas serão estabelecidos alertas semanais no Google. Dessa forma, um resumo sobre o assunto nos é encaminhado por e-mail e poderemos selecionar aquelas que serão divulgadas por meio de postagens específicas e aquelas que serão divulgadas como postagens de curta permanência (stories).

Com os materiais selecionados, os participantes deverão ler, discutir as principais dificuldades no entendimento do texto e selecionar os principais pontos de importância para o público leigo. Para realizar as publicações para as redes sociais, os alunos seguirão o Manual de Boas Práticas em Divulgação Científica, da UFF e o livro Divulgação Científica e Redação para Professores (Arnt, França e Bessa, 2015). Ainda, sempre que identificadas fake news sobre o assunto, será realizada uma postagem de combate à desinformação.

Ainda, para os eventos e cursos presenciais desenvolvidos pelo SOCIOVET, os participantes deverão desenvolver materiais informativos em formato a ser definido de acordo com o evento, público alvo e recursos disponíveis. Esse material poderá ser de distribuição gratuita ou apenas para exposição.

Finalmente, as atividades desenvolvidas nessa ação serão discutidas junto aos participantes do GT de Comunicação Pública da Ciência e, sempre que pertinente, serão desenvolvidas atividades conjuntas com o GT.

#### CRONOGRAMA ANUAL (as atividades se repetem ao longo dos 3 anos do evento)

	J a n	F e v	M a r	A b r	J u n	J u l	A g o	S e t	O t o	N o v	D e z
Acompanhar as publicações científicas, legislação e notícias na mídia sobre agroecologia e suas políticas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Produzir de Material digital para divulgação de resultados de artigos científicos em Agroecologia e Produção Orgânica de Alimentos				X	X	X	X	X	X	X	X
Divulgar as principais notícias na mídia sobre agroecologia e suas políticas				X	X	X	X	X	X	X	X
Realizar postagens de combate às fake news relacionadas ao tema				X	X	X	X	X	X	X	X
Produção de Material informativo físico						X				X	
Participar das reuniões do GT e posterior Comissão Permanente de Comunicação Pública da Ciência da UFF	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

#### FORMA DE AVALIAÇÃO DA AÇÃO

De acordo com Burns, O'Connor e Stockmayer (2003) os resultados e respostas da comunicação não são fáceis de estudar cientificamente; pois eles ocorrem no "mundo real", em vez de condições controladas de um laboratório de pesquisa, e geralmente exigem habilidades das ciências sociais, em vez das ciências físicas. Na prática, os resultados úteis para avaliação ou pesquisa costumam se limitar a resultados mensuráveis, de curto prazo e, de alguma forma, quantificáveis. Uma compreensão mais profunda da comunicação científica pode ser revelada por meio de métodos qualitativos. Também é

importante reconhecer que consequências significativas de longo prazo da comunicação científica podem surgir à medida que os participantes refletem sobre seu conhecimento existente, vivenciam outras novas experiências e reorganizam seu pensamento. Dessa forma, serão buscadas as métricas disponíveis nas redes sociais para avaliar os resultados da ação, principalmente o número de curtidas, comentário e o número total de seguidores na página do projeto. Futuramente, com a consolidação desta ação de extensão, poderemos lançar mão de metodologias de análise qualitativa para entender os resultados do nosso trabalho na divulgação científica.

Com relação à avaliação do trabalho desenvolvido pela equipe, serão realizadas, semestralmente, reuniões de avaliação das atividades realizadas, nas quais os participantes podem se expressar quanto ao que entendem que funcionou ou não funcionou na forma de organização do trabalho e no trabalho em equipe.

Finalmente, no caso dos bolsistas, o trabalho também é avaliado por meio de preenchimento de relatório anual.

**HÁ CUSTO PARA O PARTICIPANTE?** Se sim, especificar (Obrigatória para cursos, eventos e prestação de serviço)

Não

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** (Opcional para cursos, eventos e prestação de serviço)

BRASIL. Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, 24 dez. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm) . Acesso em: 30 ago. 2022

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & Informação*, v. 15, n. supl, p. 1–12, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>>. Acesso em: 9 dez. 2024.

Burns, T. W., O'Connor, D. J., & Stocklmayer, S. M. (2003). Science Communication: A Contemporary Definition. *Public Understanding of Science*, 12(2), 183-202. <https://doi.org/10.1177/09636625030122004>

CALDAS, Graça; ZANVETTOR, Kátia. O Estado da Arte da Pesquisa em Divulgação Científica no Brasil: Apontamentos Iniciais. *Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.*, [S. l.], v. 1, n. 7, 2014. DOI: 10.5380/am.v1i7.36778. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/36778>. Acesso em: 9 dez. 2024.

FONSECA, Maria Fernanda de A. C.; LEITE, Romeu M.; ALMEIDA, Lucia Helena M. de. A regulamentação da Agricultura Orgânica no Brasil: memórias do Grupo de Agricultura Orgânica e do Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Org.) *Sistemas Participativos de garantia no Brasil: histórias e experiências*. Pouso Alegre: IFSuldeminas, p. 13-48, 2020.

OLIVEIRA, Thaiane; CARDOSO, Nicolas De Oliveira; MACHADO, Wagner De Lara; et al. Confronting misinformation related to health and the environment: a systematic review. *Journal of Science Communication*, v. 23, n. 01, 2024. Disponível em: <[https://jcom.sissa.it/article/pubid/JCOM\\_2301\\_2024\\_V01/](https://jcom.sissa.it/article/pubid/JCOM_2301_2024_V01/)>. Acesso em: 9 dez. 2024.

**REDAÇÃO. Você sabe qual é a diferença entre agricultura orgânica e agroecologia?** O Joio e O Trigo. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2023/06/voce-sabe-qual-e-a-diferenca-entre-agricultura-organica-e-agroecologia/>>. Acesso em: 9 dez. 2024.

WEZEL, A.; SOLDAT, V. A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology. *International Journal of Agricultural Sustainability*, v. 7, n. 1, p.3–18, fev. 2009. DOI 10.3763/ijas.2009.0400. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.3763/ijas.2009.0400>. Acesso em: 13 jan. 2024.

WEZEL, Alexander; HERREN, Barbara Gemmill; KERR, Rachel Bezner; BARRIOS, Edmundo; GONÇALVES, André Luiz Rodrigues; SINCLAIR, Fergus. Agroecological principles and elements and their implications for transitioning to sustainable food systems. A review. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 40, n. 6, p. 40, dez. 2020. DOI 10.1007/s13593-020-00646-z. Disponível em: <https://link.springer.com/10.1007/s13593-020-00646-z>. Acesso em: 15 jan. 2024.

  
Assinatura do coordenador